



GT 09 – “Entre calçadas e creches” - Gênero, Cuidado e Direito à cidade no Brasil

UMA PESQUISA-AÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DE MULHERES, O CASO DA SER PONTE FORTALEZA.

Clarissa Salomoni de Menezes¹

Valéria Pinheiro²

Carlos Jefferson Ferreira³

Laíssa Vitória da Silva Limeira⁴

Manoela Lelita Mendonça Maia⁵

1. INTRODUÇÃO

A Ser Ponte é um coletivo que teve início em abril de 2020, em meio à crise sanitária e ao contexto emergencial que mobilizou diversas iniciativas de apoio às famílias mais vulneráveis. O projeto funciona principalmente por meio de doações de pessoas físicas. Boa parte desse dinheiro - cerca de R\$200 mensais atualmente - é repassada diretamente para as mães chefes de família, o que chamamos de “renda solidária”. Ao longo dos anos, o coletivo se formalizou em uma ONG e ampliou sua atuação além da renda solidária, desenvolvendo projetos de brechós comunitários, de atendimento psicológico e de fortalecimento de redes e bibliotecas comunitárias. Em 2025, a ONG que já esteve apoiando 250 famílias mensalmente, permanece com 50 mães nas periferias de Fortaleza (Raízes da Praia, Caça e Pesca, Sabiaguaba, Serviluz, São Miguel e Barroso).

O objetivo deste resumo expandido é apresentar o percurso de uma pesquisa-ação sobre os impactos da renda solidária na vida de mulheres cuidadoras e em seus territórios. Os principais resultados do estudo têm repercussões diretas no desenho e na implementação de novas estratégias para a atuação prática da ONG. Essa pesquisa foi realizada em 2022, após quase três anos de atuação, aconteceu em meio à diminuição das arrecadações e as

¹ Mestre, Centro Universitário Unichristus e Ser Ponte, docente clarissa.menezes@unichristus.edu.br

² Doutoranda em Sociologia, UFC e Ser Ponte, diretora presidente, valpinheirofor@gmail.com

³ Articulador do Projeto Ambiental Mata Fome, ex-agente territorial Ser Ponte, militafei@gmail.com

⁴ Doutoranda em Geografia - PROPGEO UECE, laissa.limeira@gmail.com

⁵ Geógrafa Licenciada, Frente de Luta por Moradia e Ser Ponte, manoelageografia@gmail.com.



mudanças no cenário político-social, como o fim do isolamento e a eleição de um governo progressista, em nível nacional e local. Diante disso, a Ser Ponte optou por uma pesquisa-ação, entendendo que apenas por meio da escuta estruturada das beneficiárias seria possível tomar decisões fundamentadas sobre a continuidade do repasse da renda básica. Barbier (2007) menciona que há diferentes tipos de pesquisa-ação (diagnóstica, participativa, empírica e experimental), coletivamente optamos por uma pesquisa-ação diagnóstica. Para Oliveira et al. (2020, p. 03) a pesquisa-ação é uma abordagem qualitativa, que se configura como uma opção metodológica capaz de compreender a dinâmica de um problema, de um processo, considerando a realidade concreta. Um movimento onde as práticas, as situações reais e as interpretações serão consideradas para a proposição de novas ideias e possíveis intervenções práticas.

O escopo metodológico dessa pesquisa foi definido por uma equipe multidisciplinar voluntária com apoio de três pesquisadoras populares. O questionário, elaborado coletivamente, contou com três seções. A primeira com informações para atualizar o perfil das beneficiárias (autodeclaração racial, idade, escolaridade e perfil familiar). A segunda seção aborda a situação financeira da mulher, empregabilidade, assistência e acesso a serviços sociais (creches, centros de atendimento psicossocial, entre outros). Por fim, a última seção elaborou 11 perguntas sobre a renda solidária: a importância desse benefício, ao que ele dava acesso à família, onde as mulheres costumavam comprar ao receber essa renda extra, etc.

Com os formulários definidos, as entrevistas ocorreram em outubro de 2022. Na ocasião, foram entrevistadas 86 das 120 beneficiárias em nove diferentes territórios. O resultado consolidou uma amostra robusta e gerou dados fundamentais para a continuidade e reformulação do projeto, além de abrir caminho para novos ciclos de pesquisa e atuação da ONG.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Na seção 01, atualizamos o perfil das beneficiárias. Na época, a maioria (52%) tinha entre 30 e 50 anos, seguidas por 28% com até 30 anos, as demais estariam acima de 50 anos. Em relação à autodeclaração racial, 92% se identificam como pretas ou pardas. Embora o critério racial não estivesse explicitamente presente na seleção das famílias, ele emerge como



resultado das sobreposições entre gênero, território periférico e renda, critérios centrais da política institucional para participação do projeto naquele momento.

Na seção 02, as perguntas focaram na renda, trabalho e condições de empregabilidade. Sobre as atividades exercidas por essas mulheres nos últimos três anos, a maioria das entrevistadas (55) afirmou ter trabalhado, enquanto 31 responderam “não”. Observou-se que, embora tenham existido algumas oportunidades de trabalho formal, predominam ocupações informais e intermitentes, como faxinas por diária, venda de alimentos ou roupas, reciclagem, costura e manicure. Os dados apontam que, diante de dificuldades econômicas, essas mulheres recorreram a formas de trabalho precárias para sustentar a si e suas famílias. Nas respostas, nenhuma mencionou como ocupação o trabalho doméstico, como “dona de casa”, embora seja sabido que essas mulheres acumulam a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, da casa e, muitas vezes, da comunidade. Isso evidencia a invisibilidade do trabalho do cuidado, que sustenta a vida cotidiana, mas não é reconhecido como ocupação. E aponta para necessidade de pesquisas futuras que investiguem melhor o desenvolvimento insuficiente de políticas públicas que permitam redistribuir ou socializar os custos dos cuidados familiares e o baixo nível de abrangência das políticas existentes. (Sorj, Fontes e Machado, 2007, p. 575).

Quanto à situação atual de trabalho, 48,8% declararam não estar trabalhando no momento, enquanto 30,2% realizam apenas “bicos”. Esses números reforçam a realidade de um mercado de trabalho altamente informal para essas mulheres. Mais da metade das famílias (66,3%) vivem com até R\$300 por mês. Se considerarmos as que têm renda mensal de até R\$500, esse percentual sobe para 76,8%. Esse dado ressalta a relevância dos R\$180 mensais entregues regularmente pela renda solidária da Ser Ponte na época. Ao final da sistematização desta seção, identificamos a ausência de uma pergunta essencial: “Se você conseguisse um emprego, teria condições de trabalhar fora de casa atualmente?”. Como destaca Tripp (2005), na pesquisa-ação é comum que aspectos importantes só se revelem no processo: “só descobrimos a natureza de algumas coisas quando tentamos mudá-las”.

Em relação ao acesso a serviços públicos, CRAS, escolas e postos de saúde foram os mais citados nas rotinas das famílias. No entanto, embora estejam presentes nos territórios, o acesso a esses equipamentos nem sempre se dá de forma adequada. Quando questionadas -“*que serviços públicos você e sua família têm dificuldades para acessar?*” - o posto de saúde



e o atendimento médico estavam no topo. Nas respostas abertas, surgiram obstáculos relacionados a conflitos territoriais, violência e insegurança no deslocamento para acesso desses serviços, incluindo acesso às creches e escolas, fundamentais para a autonomia dessas mulheres.

Na **seção sobre a renda solidária**, cerca de 93% das entrevistadas relataram melhora na saúde mental, no humor e na qualidade do sono com a chegada regular do benefício. Em perguntas abertas sobre como utilizam esse recurso, das 86 participantes, 79 disseram usar o valor prioritariamente para alimentação, com destaque para itens voltados às crianças. A compra de gás foi citada por 17 mulheres, e 09 mencionaram que o valor ajudou no acesso à saúde, seja com exames ou medicamentos. Outro dado interessante foi o de que apenas 17% realizam compras fora de suas comunidades. Isso significa que 83% da renda solidária circula dentro dos próprios territórios, principalmente em mercados e comércios locais, configurando um efeito positivo no fortalecimento da economia solidária nos bairros onde a ONG atua.

A partir dos resultados obtidos e parcialmente apresentados neste trabalho, realizamos três encontros estratégicos. O primeiro foi dedicado ao repasse dos dados para os pesquisadores populares e agentes territoriais. Em seguida, após redação final de uma publicação interna, foram compartilhados com apoiadores e parceiros durante o encontro de encerramento de 2022. Já no início de 2023, promovemos um encontro de planejamento, centrado na **tomada de decisões** sobre a continuidade da transferência de renda e sua relevância na vida das mulheres atendidas. A pesquisa-ação definiu desdobramentos da prática da Ser Ponte, ficou claro para o coletivo a necessidade da continuidade do programa, mesmo diante da instabilidade de captação de doações. A pesquisa de renda solidária ofereceu subsídios fundamentais para a reestruturação do projeto, reafirmando sua importância e impacto direto na vida das mulheres que fazem parte. Ao longo do ano, em reuniões coletivas, foi desenhada a permanência da renda solidária nos territórios mais vulneráveis, com a descontinuidade em três áreas de atuação, mantendo, porém, o apoio a 50 famílias em regiões mais vulneráveis onde outras organizações não atuam. A partir dos dados analisados, também foi possível propor um reajuste do valor mensal de R\$180 para R\$200 para as famílias que permaneceram, considerando a viabilidade orçamentária e em acordo com o conselho fiscal da ONG.



3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência reafirma o valor de se investir em processos de pesquisa-ação mesmo em organizações de pequeno porte, evidenciando como a escuta estruturada e a análise de dados contribuem para decisões mais alinhadas à realidade das populações atendidas. A pesquisa-ação diagnóstica realizada pela Ser Ponte demonstrou, com base empírica e escuta qualificada, a relevância e o impacto direto da renda solidária na vida das mulheres periféricas atendidas. A renda básica representa autonomia, segurança alimentar e acesso à serviços urbanos que são negados para essas mulheres e suas famílias. Revelou ainda a precariedade dos serviços de cuidado que atravessam a vida de mulheres cuidadoras na periferia. O que alimentou o desejo de um novo ciclo de pesquisa realizado em 2024.

Os dados resultantes não apenas sustentam a continuidade do programa, mesmo diante de desafios financeiros, como também possibilitam ajustes estratégicos, como mudança no valor e a reavaliação dos territórios atendidos. A experiência reforça a importância de processos de pesquisa como instrumentos fundamentais para orientar decisões alinhadas à realidade concreta das comunidades e coletivos feministas, reafirmando o compromisso da ONG com práticas que realmente sejam sensíveis ao público que atende.

4. REFERÊNCIAS

BARBIER, René. A Pesquisa-ação. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2007

OLIVEIRA, Guilherme; CUNHA, Ana Maria; CORDEIRO, Euzane Maria; SAAD, Núbia Santos Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa. In: Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.